

JUDICIALIZAÇÃO NA SAÚDE SUPLEMENTAR: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL NORMATIVA E JUDICIAL

Raquel Marinho Chrizostimo¹, Zenith Rosa Silvino², Deise Ferreira de Souza³

Estudo inserido no campo do Direito Sanitário tendo a judicialização da saúde como tema. Objeto de estudo: as demandas judiciais relacionadas à prestação de serviços e produtos de saúde junto aos planos de saúde. Objetivo geral: analisar os casos julgados pela 26ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no período de 2015 a 2017, para solução de litígios relacionados às pessoas jurídicas de direito privado que operam planos de assistência à saúde, regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Objetivos específicos: identificar e caracterizar as demandas judiciais para solução de litígios relacionadas às pessoas jurídicas de direito privado que operam planos de assistência à saúde, regulados pela ANS. Metodologia: estudo documental com abordagem quantitativa, utilizando como fonte primária os registros das Decisões Monocráticas e/ou Acórdãos da 26ª Câmara Cível do Consumidor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e estatística descritiva para análise dos dados. A amostra foi constituída por 3.016 demandas. Resultados: Predominância de ações ajuizadas por mulheres; a Unimed foi o plano de saúde mais demandado; o ano de 2017 concentrou o maior número de decisões judiciais contra os planos de saúde; a comarca da Capital é a que possui mais processos. As demandas judiciais vinculadas à prestação de serviços e produtos de saúde no Estado do Rio de Janeiro versam, principalmente, sobre pedidos de cirurgias, internação, *home care*, realização de exames, atendimento médico, transferência de instituição, terapia multidisciplinar, parto, fertilização *in vitro*, entre outros. Contribuições e Implicações: a pesquisa contribuiu para a discussão sobre o acesso à saúde, procurando elucidar quanto a garantia plena do direito à assistência terapêutica, possibilitando o entendimento sobre a redução de demandas judiciais vinculadas à saúde.

Palavras-chave: Judicialização da Saúde. Direito Sanitário. Planos de Pré-Pagamento em Saúde.

¹ Advogada. Mestre em Ciências do Cuidado em Saúde – UFF.

² Enfermeira. Pós-doutora em Enfermagem. Professora Titular da Universidade Federal Fluminense. E-mail: zenithrosa52@gmail.com

³ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense.